



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

A TEMÁTICA DA HOMOAFETIVIDADE EM SALA DE AULA POR MEIO DA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA

MARÍLIA DALVA TEIXEIRA DE LIMA (UFPB)

INTRODUÇÃO

Ser professor é, antes de tudo, ser um infiltrado. Um ser que muitas vezes possui posições políticas claras, mas que, em nome de uma relação pacífica com o sistema, muitas vezes as oprime sem, no entanto, esquecê-las. Numa época, de tantos avanços em relação aos direitos dos homossexuais (projetos de leis contra a discriminação, concessões de auxílio saúde e pensão por morte a companheiros de mesmo sexo etc), vêm, vez ou outra, ondas de temível retrocesso (como projeto que propunha revogar dispositivos de resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe os profissionais de psicologia de participarem de terapias para alterar a orientação sexual, conhecido como “cura gay”).

Um dos papéis da escola é moldar os indivíduos para viverem em sociedade. A LDBEN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu artigo 2ª ressalva que entre as finalidades da educação escolar está o “preparo para o exercício da cidadania” (LDBEN, 1996. Art.2). A LDB também expõe que uns dos princípios do ensino é o pluralismo de ideias (LDBEN, 1996, art. 3) que garante ao professor o direito a discutir e defender determinados pontos de vista que não firam os princípios norteadores expostos nos planos nacionais de educação.

Este trabalho tem por objetivo analisar como se dão os processos de inserção da temática da homoafetividade na escola, bem como discutir como a homofobia está cristalizada em nossa sociedade e sobre o papel do educador no processo de construção do respeito e da conscientização dos alunos. Para isso, teremos como *corpus* os curtas-metragem *Eu não quero voltar sozinho* e *Shame no more* (Vergonha nunca mais) e o longa *Prayers for bobby* (orações para Bobby), um dos escolhidos pelo Programa Federal Cine Educação para discutir a temática dos direitos humanos em várias escolas do Brasil.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Os autores que fundamentarão teoricamente este trabalho são Michel Foucault e seu trabalho *A ordem do Discurso*, Louis Althusser e a obra *Aparelhos ideológicos do Estado* e Pierre Bourdieu e J. C. Passeron, com o livro *A Reprodução*.

Este trabalho discutirá a polêmica envolvendo o curta-metragem *Não quero voltar sozinho* e o programa Cine Educação ocorrida em 2013 no estado do Acre. Em seguida, falaremos sobre como se dá a relação entre discursos dentro no âmbito escolar e por último, apresentaremos uma experiência de trabalho e, com ela, uma proposta de abordagem pedagógica.

NÃO QUERO VOLTAR SOZINHO E O PROJETO CINE EDUCAÇÃO

O curta-metragem *Não quero voltar sozinho* é uma produção brasileira de 2010 dirigida pelo cineasta paulista Daniel Ribeiro. O curta de aproximadamente 17 min narra a história do adolescente deficiente visual Leonardo (Ghilherme Lobo), que se apaixona por um aluno novato de sua escola, Gabriel (vivido por Fabio Audi). Aos poucos a relação dos dois causa ciúmes na amiga de Leonardo, Giovana (Tess Amorim). A obra trata, grosso modo, da descoberta da homoafetividade sem fazer uso de clichês ou da superexposição das relações entre adolescentes. Pelo contrário, a descoberta da paixão adolescente é mostrada de modo sutil e sem grandes conflitos ou tensões. O filme recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais.

O filme foi um dos escolhidos para, no ano seguinte, integrar o projeto Cine-Educação Direitos humanos, programa realizado desde 2010 pela Secretaria Direitos Humanos da Presidência da República em conjunto com a Cinemateca Brasileira e Petrobrás em quatro estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Acre. O projeto objetiva, entre outras coisas, discutir a temática de direitos humanos, abordando questões como identidade, respeito à diversidade religiosa e sexual, trabalho infantil, solidariedade e violência familiar por meio de mostras e trabalhos realizados diretamente nas escolas. A escolha dos filmes se baseia nos temas transversais propostos pelo MEC.

No início de 2013, o filme foi exibido pelo projeto nas escolas selecionadas. Apenas no Acre o filme não foi bem recebido. Pressionados por líderes religiosos, políticos da região



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

não apenas proibiram a exibição do filme como também o progresso do programa. Alegaram que o programa nada mais era que parte do material do conhecido “Kit gay”, como chamam o material desenvolvido pelo MEC para tratar a temática da homofobia em sala de aula, vetado pela Presidente Dilma em 2011 por pressão da bancada evangélica do Congresso Nacional (o veto proibiu a circulação do material para as 6 mil escolas de ensino médio em que a distribuição era prevista).

Com a polêmica levantada pelo vídeo, o diretor, Daniel Ribeiro, e a produtora do curta, Diana Almeida, publicaram uma nota de repúdio por meio da Lacuna Filmes, produtora do filme. Em um trecho da nota, os produtores afirmam:

“Eu Não Quero Voltar Sozinho” não é um filme proselitista, tampouco ergue bandeiras de nenhuma natureza. É apenas uma obra de ficção amplamente premiada em festivais de cinema no Brasil e no exterior, cujos predicados artísticos e humanos transcendem qualquer crença. Ademais, se assuntos referentes à orientação sexual dos indivíduos e seus respectivos direitos civis estão na pauta do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, por que não debatê-los em sala de aula? Que combate sombrio é esse, que reacende a memória de um obscurantismo Inquisidor?

A Associação de Cinema e Video do Amazonas publicou em seu site carta de repúdio do Movimento Audiovisual Acreano Contra a Censura que lembrava a população a laicidade do estado e de artigos da constituição brasileira que garantem a liberdade de expressão e pensamento:

De acordo com a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, nós, realizadores de audiovisual independentes, cineclubistas, artistas, produtores e articuladores de políticas públicas para a cultura nos manifestamos em **REPÚDIO** à atitude de censura por parte de alguns Deputados Estaduais em relação à exibição do filme “*Eu não quero voltar sozinho*” (2010), do diretor premiado Daniel Ribeiro, na Escola Armando Nogueira, nesta semana.

Sem debate prévio e sem embasamento legal, a não ser de ordem fundamentalista, reacionária e dogmática, os Parlamentares, em fórum fechado, na Assembleia Legislativa do Acre, censuraram e desqualificaram o valor artístico/cultural do



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

filme. O pior de tudo é que o fato ocorreu sem ao menos proporem a participação de especialistas em cinema e educação ou representantes do Projeto Cinema e Educação do Ministério da Justiça para debate democrático e técnico. Com essa atitude, transformaram a ALEAC em um órgão Censor, posicionando-se de maneira arbitrária e desconsiderando a Constituição Federal Brasileira.

Se a sexualidade é um dos temas transversais propostos nos PCN's e a liberdade de expressão é um direito garantido pela constituição brasileira, por que então ainda há empecilhos para a discussão do tema da homoafetividade nas escolas? Escolhemos dois autores que podem tentar explicar esse fato: os filósofos franceses Michel Pecheux e Pierre Bourdieu.

O CONTROLE DO DIZER NA ESCOLA

Michel Foucault, em *A ordem do Discurso* (1996), demonstra os perigos e os poderes que as palavras representam. Para ele, o discurso (materializado ou não) é o que mantém uma estrutura social e segue uma ordem específica de leis.

Na obra, Foucault faz ligações entre a verdade, o discurso e o poder. Apresenta a teoria que todo discurso é selecionado, controlado, organizado, redistribuído e está sujeito a procedimentos de controle que organizam sua materialidade. Esses procedimentos impedem que os sujeitos possam falar sobre tudo em qualquer circunstância e se dividem em três tipos: de exclusão, de delimitação e de rarefação.

Os procedimentos de exclusão, os que na verdade nos importa neste trabalho, são apoiados institucionalmente e tendem a exercer uma ação coercitiva sobre os discursos. Segundo Foucault, um desses procedimentos é o tabu do objeto, que cerceia e controla temas relacionados à sexualidade e à política. Assim, nem tudo pode ser dito sobre a sexualidade em qualquer lugar e em qualquer circunstância.

Mesmo em uma sociedade que se diz moderna e aberta a discutir sobre a sexualidade, a homoafetividade é um tema ainda considerado tabu. Pouco se discute sobre ele, principalmente pelo controle de líderes religiosos e políticos. A Escola ainda não é terreno



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

neutro para esse tipo de discussão, pois, como observa Bourdieu e Passeron (1982), ela reproduz os valores da sociedade da qual faz parte.

Segundo os autores franceses, quando o aluno é incluído no sistema educacional, ele passa por um processo de desculturalização. Este processo faz com que a escola possa inserir no indivíduo um novo modelo de cultura, um modelo que reproduza os ideais e valores do grupo social dominante. Isso facilitaria o processo de massificação e de reprodução social dos indivíduos. É na escola, dizem, que os alunos aprendem as ideias e a cultura dominante para inconscientemente garantir que os dominados continuarão dominados. Segundo os autores:

numa formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 36)

Esse processo se dá por meio da que os autores denominam *violência simbólica*, num processo de aculturação. Mesmo que a criança viva em um contexto social no qual ela tenha conhecimento sobre diferentes organizações familiares (tenha dois pais ou duas mães), na escola ela aprenderá por intermédio do professor(a) e do livro didático sempre a mesma organização familiar (pai, mãe e filhos), aquela considerada legítima pela sociedade. Nesse caso, as representações são claras e bem definidas: homem, mulher e crianças.

Quando mais velha, a criança também é levada a reconhecer em sala de aulas outras representações. Casais serão sempre apresentados nas figuras do feminino atrelada ao masculino, na clara representação homem-mulher. Nos intervalos das aulas, os comportamentos que quebrem os estereótipos de gênero, muitas vezes são São pequenas e significativas formas de reproduzir no indivíduos valores de uma sociedade.

Segundo Louis Althusser, o Estado reproduz sua ideologia e mantém seu funcionamento por meio de aparelhos ideológicos. A família, a religião, a imprensa, a escola, entre outros, funcionam como fios condutores da ideologia dominante, que por sua vez, possibilita a hegemonia de uma classe sobre outra. (ALTHUSSER, 1985). A escola, na



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

sociedade moderna, torna-se o mais importante e principal aparato de reprodução social do Estado. Nas palavras do autor,

“Acreditamos portanto ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho de Estado nº 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola–Família substitui o par Igreja–Família.” (ALTHUSSER, 1985 p. 78).

Logo, a Escola é agora o principal aparelho ideológico do estado, principal responsável por reproduzir a ideologia dominante. Assim, as concepções dos indivíduos de nossa sociedade são construídas, principalmente, por meio da família e da escola, mas de modo ainda mais efetivo por esta última, pois é nela que os indivíduos se reproduzem para viver em sociedade, levando consigo os ideais e valores da ideologia hegemônica.

A Escola reproduz os discursos contraditórios veiculados na sociedade. Ora considera a repressão a homossexuais um absurdo, ora condena demonstrações públicas de afeto. Ora considerando legítima a liberdade dos indivíduos, ora coibindo a circulação de outros discursos.

EXIBIÇÃO E DISCUSSÃO

Ao longo do mês de agosto de 2013, os filmes foram exibidos para as turmas de 3º ano da Escola Estadual Prof. Lílissa de Paiva Leite, localizada no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa-PB. O primeiro a ser exibido foi o curta *Não quero voltar sozinho*, de Daniel Ribeiro. O curta brasileiro causou estranheza nos alunos, pois tratava da descoberta da homoafetividade ainda no início da adolescência. Ao fim da exibição os alunos foram levados a discutir sobre o tema. Alguns alunos fizeram uso do discurso tradicionalista e homofóbico de que a homoafetividade é uma anormalidade e que ninguém “nasce homossexual, torna-se homossexual por opção”, logo pode-se deixar de sê-lo.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Já outra parcela da turma foi contrária a esses argumentos. Um aluno, declaradamente homossexual, alegou que não optaria por sofrer preconceito por sua sexualidade e que “anormal” era ser tratado com indiferença. Seu discurso foi aplaudido pelos colegas e incentivou outros a entrarem na discussão.

O segundo a ser exibido foi o curta norte-americano *Shame no More*, de 1999, dirigido por John Krokidas. O curta retrata uma sociedade em que a heterossexualidade é considerada tabu. Filmado em preto e branco, com atmosfera *vintage*, o filme mostra a homoafetividade como “normal” e o comportamento heterossexual como desvio de orientação. O personagem protagonista, Jhonny, apaixona-se por uma garota e seu comportamento (que tenta manter em segredo) é desestimulado pelos pais, ambos do sexo masculino, que buscam tratamentos pouco ortodoxos para curar o “desvio” do filho.

O curta causou também estranheza nos alunos, porém estes disseram compreender o que seria a proposta do filme: pôr-se no lugar do outro e compreender como é a vida de um homossexual em uma sociedade notadamente homofóbica. Nas discussões, pode-se perceber que os alunos pouca distinção fazem entre o que seria um discurso homofóbico de incentivo à violência e uma atitude homofóbica violenta. Não compreendem, por exemplo, que o discurso homofóbico é a força motriz para a violência. Eles não acreditam ser homofobia, para citar um exemplo, não aceitar um beijo homoafetivo em público, ou negar direitos fundamentais aos homossexuais.

O último filme a ser exibido foi *Prayers for Bobby*, um filme produzido para a televisão americana em 2006 e dirigido por Russel Mulcahy. Exibido pelo canal Lifetime no mesmo ano, o filme é inspirado nos fatos reais retratados no livro *Prayers for Bobby: A Mother's Coming to Terms with the Suicide of Her Gay Son*, de Leroy Aarons. Um jovem homossexual, filho de uma mulher evangélica, suicida-se após rejeição da mãe. Após a morte do filho, a mulher, corroída pela culpa, passa a ler o diário do filho e a entender não apenas como o filho se sente, mas como interpretar o texto bíblico de outra maneira. Essa atitude a faz defender que a homoafetividade não é condenável e se tornar uma ativista dos direitos homossexuais nos Estados Unidos.

Como já era o terceiro filme sobre a temática e trazia a homoafetividade de modo emocionante, o longa chocou menos a audiência. Os alunos disseram compreender agora que



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

a homofobia é condenável e precisa ser punida nos rigores da lei. Também afirmaram que agora entendiam que o discurso que eles reproduzem também é uma forma de homofobia.

O que pudemos constatar é já uma mudança, não brusca ou definitiva. Mas uma nova percepção sobre a problemática. Um discurso tão enraizado em nossa sociedade torna uma mudança radical no pensamento e tempo tão curto algo pouco provável. No entanto, cabe ao professor lutar para, ao menos, fazer com que seus alunos repensem suas práticas e a veiculação de determinados discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se discuta que nossa sociedade a temática da homossexualidade, ela é vista com certas restrições. De mesmo modo que o tema é abordado, há um jogo de interesses que envolve políticos e líderes religiosos que o mantém num processo de mostra-esconde que é prejudicial e impossibilita uma discussão livre de preconceitos de gênero. Tópicos sobre a homossexualidade entram na escola, mas encontram barreiras na ideologia tradicional que rege as instituições de ensino. Discute-se sobre homofobia (criticando-a abertamente), porém condenam-se comportamentos que sejam contrários à visão tradicional de afetividade.

Essas interdições não apenas nega aos indivíduos homoafetivos uma vida em sociedade justa e livre de preconceitos, mas também nega aos demais cidadãos a discussão aberta sobre a temática. A censura sofrida pelos produtores do curta *Não quero voltar sozinho* não é apenas uma afronta aos direitos conquistados pelos grupos LGBT. É uma afronta a laicidade do estado, garantida pela Constituição brasileira.

O professor tem o poder de formar opiniões, pois seu discurso é legitimado pelas instituições (principalmente as universitárias) e garantido pela Escola. Ele deve levantar discussões e estimular o senso crítico de seus alunos, pois, como garante a LDB, é papel da escola o preparo para o exercício da cidadania.

O professor é o principal elo entre as instituições e o aluno. E a ele cabe a escolha entre reproduzir os preconceitos da sociedade em que vive ou buscar formas de levantar o debate em sala de aula e defender os direitos humanos, em especial dos grupos socialmente vulneráveis.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

REFERÊNCIAS

ACVA. **Carta de repúdio do Movimento Audiovisual Acreano Contra a Censura** Disponível em <http://acvaeabdam.blogspot.com.br/2011/06/omissao.html> <acesso em 10 de junho de 2013>

ALMEIDA, Diana. RIBEIRO, Daniel. **Carta à Imprensa** Disponível em <http://www.bulevoador.com.br/2013/04/curta-eu-nao-queiro-voltar-sozinho-e-censurado-no-acre/> <acesso em 10 de junho de 2013>

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> <acesso em 20 de junho de 2013>

BOURDIEU, P. PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

LISTA DE FILMES

Não quero voltar sozinho. Direção: Daniel Ribeiro. Lacuna Filmes, 2010. 15 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHbl> Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

Prayers for Bobby (Orações para Bobby). Direção: Russel Mulcahil. TV Movie – Lifetime, 2009. 85 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ja5qsfn283M> Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

Shame no more (Vergonha nunca mais). Direção: John Krokidas. 12 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=U37Zhut1yIM> Acesso em: 12 de dezembro de 2013.